

ÍNDICE

Apresentação à Segunda Edição

Prefácio de Tercio Sampaio Ferraz Junior

INTRODUÇÃO

PRESSUPOSTOS DESTE LIVRO QUANTO A MÉTODO, METODOLOGIA E METÓDICA

1. A bipartição metodológica da filosofia para a possibilidade de uma filosofia do direito: conhecimento e ética na filosofia retórica
2. Os dois problemas daí decorrentes, desde o nascedouro ocidental, tornaram-se os mais importantes da filosofia e da teoria do direito
3. A tese da retórica como método, metodologia e metódica para enfrentar a opção entre descrição e prescrição
4. Resumo de conteúdo: este livro vai tratar dos problemas oriundos da bipartição, reduzindo-os a uma teoria da norma (como teoria do conhecimento) e a uma teoria do direito subjetivo (como teoria da fundamentação ética)

CAPÍTULO PRIMEIRO

O PROBLEMA DO CONHECIMENTO HUMANO E SEUS TRÊS ELEMENTOS IRREDUTÍVEIS

- 1.1. A problematização inicial: eventos como “coisa em si”, significantes linguísticos e significados ideais
- 1.2. Pressupostos filosóficos para enfrentá-la: a retórica material como constitutiva da realidade
- 1.3. Estratégias metodológicas para enfrentá-la:

- 1.3.1. Os tipos ideais e a renúncia às teses da correspondência e das definições omnicompreensivas
- 1.3.2. Etnometodologia: o saber do não saber e o pensar por problemas
- 1.3.3. Sísifo contra as etiologias e escatologias na concepção da história
- 1.4. Pressupostos sociológicos que vão propiciar as estratégias da dogmática jurídica no Ocidente
 - 1.4.1. Digressão histórica para a centralização hierárquica do Leviatã
 - 1.4.2. Privatização das demais ordens sociais e pulverização da ética
 - 1.4.3. Autorreferência, formalização e procedimentalização são as soluções apresentadas pela modernidade

CAPÍTULO SEGUNDO

O PROBLEMA DO DISCERNIMENTO ÉTICO E DE SUA EVOLUÇÃO DIANTE DA DIFERENCIAÇÃO DO DIREITO

- 2.1. Os abismos axiológicos e a infinita variação das preferências: monismos e dualismos
- 2.2. Pressuposto filosófico para enfrentá-los: a retórica estratégica como ação sobre a retórica material e um conceito analítico de ética
- 2.3. Estratégias metodológicas para enfrentá-los: tolerância, isostenia, ataraxia e a metáfora da intransponibilidade entre ser e dever ser
- 2.4. Diferenciação entre direito justo e direito posto: o esvaziamento de conteúdo ético nos fundamentos prévios do direito faz da legitimidade legitimação
- 2.5. Diferenciação e teses sobre a prevalência do direito subjetivo ou do direito objetivo: tentativas do positivismo para fundamentação externa dos direitos

CAPÍTULO TERCEIRO
OS NÍVEIS RETÓRICOS DA DOGMÁTICA JURÍDICA PARA
ENFRENTAR OS PROBLEMAS DO CONHECIMENTO E DA
ÉTICA

- 3.1. Dogmática jurídica existencial: os seres humanos não estão isolados, são apenas sós
- 3.2. Dogmática jurídica estratégica: as opiniões que aqueles que lidam com o direito têm sobre a realidade constroem essa mesma realidade e ajudam a tornar a solidão comum
- 3.3. Retórica analítica sobre a dogmática jurídica: não há uma dogmática analítica
- 3.4. Retórica analítica e ciência do direito: descrição da dogmática como método e metodologia
- 3.5. Os postulados funcionais da atividade dogmática para tratar os dois problemas: do texto à norma concreta

CAPÍTULO QUARTO
DOS FATOS JURIDICAMENTE RELEVANTES À CONCEPÇÃO
RETÓRICA DOS EVENTOS

- 4.1. Da oposição entre racionalismo e empirismo ao juízo sintético *a priori*
- 4.2. Irracionalidade do individual: linguagem jurídica e transformação do evento em fato juridicamente relevante
- 4.3. A efetividade ou a realidade da conduta é método, que já é relato, pois não há “acesso direto” a ela: o caminho (ὁδός)
- 4.4. A superação da dicotomia entre sujeito e objeto está na constituição retórica do “mundo dos métodos”

CAPÍTULO QUINTO

TEORIA DA NORMA JURÍDICA COMO IDEIA (SIGNIFICADO)

- 5.1. Conceitos de norma jurídica
- 5.2. A importância inicial na investigação de seus elementos estruturais
- 5.3. Da estrutura à função da norma jurídica: promessa para redução atual de possibilidades futuras
- 5.4. A retórica prática ou estratégica é normativa: agir sobre o mundo e conduta como metodologia

CAPÍTULO SEXTO

TEORIA DA NORMA JURÍDICA COMO EXPRESSÃO SIMBÓLICA DOTADA DE VALIDADE (SIGNIFICANTE)

- 6.1. O significado da norma precisa se expressar por símbolos
- 6.2. Significantes e significados diante de generalidade e individualidade
- 6.3. A retórica dogmática para exclusão do problema ontológico: a diferenciação entre fontes materiais e fontes formais
- 6.4. A racionalização hierárquica das fontes formais do direito como estratégia dogmática: primárias e secundárias
- 6.5. A revolução do texto e a ilusão da objetividade: as retóricas de pertinência, validade, vigência, eficácia jurídica e eficácia social

CAPÍTULO SÉTIMO

TEORIA DA NORMA JURÍDICA COMO DECISÃO DOTADA DE EFETIVIDADE E O RETORNO AO MUNDO DOS EVENTOS

- 7.1. A tese de que só na decisão se constitui a norma jurídica
- 7.2. Os meios da etnometodologia: persuasão, engodo, autoridade e ameaça de violência
- 7.3. Sobrecarga do direito como principal ambiente ético comum no controle do excesso de disponibilidade ética
- 7.4. Sobrecarga da decisão e do judiciário no direito estatal moderno
- 7.5. A encruzilhada do ativismo judicial dos tribunais superiores e o enfraquecimento do decisionismo estatal do dia a dia

CAPÍTULO OITAVO

RETÓRICA DA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA PARA ALÉM DA CONFUSÃO ENTRE TEXTO E NORMA

- 8.1. Crise do estudo do direito – doutrina – como crise sobre a indistinção de seus níveis: o problema da mentira e a cientificidade do direito
- 8.2. Os níveis básicos da dogmática estratégica: normas de conduta e normas sobre as normas de conduta
- 8.3. Generalização: vagueza, ambiguidade e porosidade da linguagem jurídica
- 8.4. A imprecisão da linguagem jurídica de segundo nível: os juristas e seus malabares de sentido

CAPÍTULO NONO
RETÓRICA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA PARA AQUÉM
DE PARÂMETROS EXTERNOS

- 9.1. “Argumentar” é um meta-metanível em relação à hermenêutica reflexiva, de segundo nível, apresentada no capítulo anterior
- 9.2. A teoria da argumentação aqui é tópica e nada tem a ver com a teoria da argumentação correta contemporânea
- 9.3. *Ethos*, *Pathos* e *Logos* continuam fundamentando todos os argumentos, inclusive os jurídicos
- 9.4. A argumentação vista tecnicamente e as espécies de silogismos. A abdução do pragmatismo

CAPÍTULO DÉCIMO
CONCLUSÃO: O TRATAMENTO RETÓRICO DO PROBLEMA
DA FUNDAMENTAÇÃO ÉTICA DO DIREITO E A
POSSIBILIDADE DA ATARAXIA

- 10.1. Responsabilidade pela contingência e o problema do paternalismo na ética
- 10.2. Fundamentação como o quinto elemento da concretização dogmática: o problema da legitimidade em tempos de esvaziamento e pulverização éticos
- 10.3. Ceticismo, humanismo e historicismo nas origens da filosofia do direito: advogados tornam-se filósofos
- 10.4. O problema da universalização de direitos subjetivos: direitos humanos e internacionalização do direito positivo
- 10.5. Retórica analítica como metódica jurídica. Os juristas como herdeiros dos sofistas e guardiães da democracia

REFERÊNCIAS

Índice de nomes (onomástico)

Índice de conceitos básicos (analítico e remissivo)